



O ressurgimento das teocracias no cenário político e religioso brasileiro: uma onda conservadora intransigentista

The resurgence of theocracies in the Brazilian political and religious scene: an uncompromising conservative wave


Elizeu da CONCEIÇÃO¹

 0000-0003-1408-4033

Gilberto Dias NUNES²

 0000-0001-9989-3141

José Aguiar NOBRE³

 0000-0002-6624-7888

Resumo

O surgimento de uma nova onda de conservadorismo tem modificado o cenário político nacional. Nesta pesquisa, serão analisadas duas tradições teológico-políticas conservadoras, o tradicionalismo católico e o fundamentalismo evangélico, e a relação dessas com a agenda política de ultradireita, na qual o intransigentismo está alojado. Entende-se que o crescimento do conservadorismo está relacionado à grave crise provocada pelo sistema econômico capitalista neoliberal. Nesse contexto, a teologia do poder de Deus é evocada com o objetivo de conservação do poder hegemônico: religioso, político e econômico. Investigar-se-á o que une as duas tradições teológico-políticas historicamente rivais, atualmente vivendo em harmonia e numa mesma pauta política e de resistência à novidade advinda do Concílio Vaticano II, trazida à tona pelo Papa Francisco. Do ponto de vista formal, indaga-se: como fomentar reflexões que estabeleçam diálogos capazes de mudar essa situação? A hipótese do texto sugere que há uma teocracia que naturaliza e legitima as duas tradições, que deve ser enfrentada com a esperança cristã, embasada no magistério atual que abre fendas à novidade de Deus. Uma pesquisa bibliográfica será feita.

Palavras-chave: Conservadorismo-intransigentismo. Política. Religião. Teocracia. Tradicionalismo-fundamentalismo.

Abstract

The emergence of a new wave of conservatism has changed the national political scenario. In this research, two conservative theological-political traditions will be analyzed, such as Catholic traditionalism and evangelical fundamentalism, and their relationship with the far-right political agenda, in which uncompromising is housed. It is understood that the growth of conservatism is related to the serious crisis caused by the neoliberal capitalist economic system. In this context, the theology of God's power is evoked with the objective of conserving hegemonic: religious, political and economic power. We will investigate what unites the two historically rival theological-political traditions, currently living in harmony and on the same political agenda and resistance to the new developments arising from the Second Vatican Council, brought to light by Pope Francis. From a formal point of view, the question

¹ Università Pontificia Salesiana. Roma, LZ, Itália.

² Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Departamento de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião. São Paulo, SP, Brasil.

³ Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Departamento de Teologia, Programa de Pós-Graduação em Teologia. Ipiranga, SP, Brasil. Correspondência para/Correspondence to: J. A. NOBRE. E-mail: <nobre.jose@gmail.com>.

is: how can we encourage reflections that establish dialogues capable of changing this situation? The hypothesis of the text suggests that there is a theocracy that naturalizes and legitimizes the two traditions, which must be faced with Christian hope, based on the current magisterium that opens gaps to the newness of God. A literature search will be carried out.

Keywords: *Conservatism-intransigentism. Policy. Religion. Theocracy. Traditionalism-fundamentalism.*

Introdução

Os conceitos “tradicionalismo”; “fundamentalismo” e “intransigentismo” serão tomados como chaves de leitura para que seja analisado o crescimento do conservadorismo no cenário religioso e político brasileiro atual, que surge como uma nova onda, ou como “uma força do passado na fraqueza do presente”. Essa onda conservadora é sustentada, sobretudo, por ideias e fundamentos teocráticos. Os movimentos conservadores, que surgiram em contextos históricos específicos, ganharam força nos debates públicos brasileiros contemporâneos. Esses grupos são, assim, constantemente noticiados pela imprensa escrita e pelas mídias digitais com uma profusão de sentidos razoavelmente elásticos, mas entende-se que os conceitos, que aqui serão debatidos, são colocados em função da análise do momento presente, sem, contudo, corresponderem com precisão ao seu evento fundante – embora com ele se articulem.

Parte-se da ideia de que os movimentos conservadores intransigentistas atuais encontram-se em sistemas com traços teocráticos e pontos de unidade que naturalizam e justificam seu discurso de volta na história, buscando frear avanços na reflexão religiosa, política e cultural. São movimentos ondulares que se aproveitam das fragilidades sociais e crescem em seu discurso permeado por moralismos. Em outros momentos, no entanto, abaixam a guarda sem, contudo, desaparecerem.

Esta pesquisa está metodologicamente dividida em três partes. Primeiro, conceituar-se-á o conservadorismo, resgatando sua origem, desenvolvimento e presença na esfera política brasileira. Em seguida, será feita a distinção entre as duas tradições teológico-políticas conservadoras: tradicionalismo católico e fundamentalismo evangélico. As duas categorias parecem ser indispensáveis para o debate, no espaço público, sobre o cenário político brasileiro atual, marcado por uma profunda crise econômica e institucional. Ainda nessa segunda parte, procurar-se-á analisar a origem e os desenvolvimentos das duas categorias para entender seu ressurgimento nos tempos hodiernos, pois, embora estando na modernidade, são antimodernas e antidemocráticas. Num terceiro momento, serão tecidas algumas considerações sobre pontos de convergência entre essas duas tradições religiosas que, na atualidade, identificam-se com a agenda política da ultradireita intransigente, com o objetivo de conservar a hegemonia do sistema econômico capitalista neoliberal e eclesiológico.

Conservadorismo: origem, desenvolvimento e presença no cenário político e religioso atual

Na atualidade há um ressurgimento de movimentos conservadores, de viés religioso e político, que evocam uma longa temporalidade, de modo que é possível pensar em neoconservadorismos. No entanto, “[...] a despeito da pluralidade inerente ao(s) conservadorismo(s), é razoável assinalar que o *leitmotiv* desta concepção foi justamente a reação à revolução francesa e ao próprio sistema axiológico por ela

germinado” (Quadros, 2015, p. 171), no contexto da modernidade. O filósofo, teórico político protestante e orador irlandês Edmund Burke (1729-1797) é reconhecido como o pai do conservadorismo político moderno. Para ele, a sociedade é imperfeita e os governos civis devem acatar essa verdade inegociável. “Logo, idealismos devem ceder lugar às práticas longamente testadas pela experiência ofertada pelos antepassados e revoluções fundadas em ‘revelações’ descoladas da realidade exigem ceticismo prudente” (Quadros, 2015, p. 173).

O conservadorismo clássico tem como princípio a conservação da ordem. Defende-se que ordenamentos que regem a sociedade e suas normas morais já foram estabelecidos por leis longamente testadas e devem ser conservados. Essas leis são responsáveis pelo equilíbrio e pela ordem das coisas; têm uma hierarquia, na qual uns serão sempre os súditos e outros, os senhores. Segundo Burke (1982, p. 219), “[...] a boa ordem é o fundamento das boas coisas. Para ser capaz de adquirir, o povo, sem ser escravo, deve ser manejável e obediente. Os magistrados devem ser respeitados e as leis obedecidas”. De acordo com o filósofo irlandês, esse é um dos sentidos fundamentais de uma verdadeira política. Com isso, na verdade, defende-se a divisão de classes sociais, com a conservação dos súditos e seus senhores opondo-se a todo e qualquer processo de mudança que tenha emergido ao longo da modernidade.

Por isso, entende-se que o chamado conservadorismo clássico, que tem sua origem no pós-1789, ressurgiu na modernidade com posições políticas marcadamente antimodernas, antirrepublicanas e antiliberais, e no contexto de mudança de época, como movimento contrário à burguesia, com o objetivo de conservar o Antigo Regime. Nesse sentido, o pensador comunista italiano Antonio Gramsci recorda a crise na França e ajuda a compreender os movimentos conservadores em suas várias expressões e manifestações no cenário político atual. Diante dos muitos partidos políticos na França, Gramsci (2007, p. 97) afirma que eles foram criados a partir de muitos eventos revolucionários desde 1789: “Cada um destes acontecimentos deixou sedimentos e resíduos que se consolidaram em partidos, mas as diferenças são muito menos importantes do que o regime dos dois partidos, liberal-democratas (variadas gamas do racionalismo) e conservadores”.

O conservadorismo se consolida como um partido político francês, e, tanto no passado quanto no presente, manifesta-se atrelado ao Estado, como força política de conservação da estrutura de poder hegemônico, abandonando seu objetivo inicial: conservar o Antigo Regime, pois, quando a burguesia revolucionária assumiu o poder em todas as esferas da sociedade, mudou também “[...] a sua postura revolucionária, desconsiderando os interesses do conjunto da sociedade para defender seus interesses particulares. [...] é ela quem cria as instituições e busca de todas as formas preservá-las das ameaças de um novo sujeito revolucionário: o proletariado” (Moura de Oliveira; Fratene de Oliveira; Oliveira de Oliveira, 2019, p. 5). Assim, as posturas progressistas da burguesia são substituídas por ideologias conservadoras, e é justamente aqui que se tem uma virada de pensamento conservador, pois, ao invés de manter as estruturas tradicionais estando ligada à burguesia, agora, o conservadorismo se volta contra a classe do proletariado.

Nesse sentido, percebe-se que os conservadorismos, ou neoconservadorismos, enquanto estruturas de pensamento ideológico, mudam em cada novo período da história, mas seu objetivo permanece o mesmo: conservar o poder hegemônico. Por exemplo, no período após 1848, o conservadorismo se reestrutura e se incorpora ao positivismo. Portanto, enquanto pensamento ideológico, o conservadorismo manifesta-se como estrutura de conservação do poder político do Estado e da manutenção do sistema econômico dominante. Nessa perspectiva, Gramsci define dois elementos como constitutivos do Estado, que são indispensáveis para a conservação da hegemonia do sistema político: a *coerção* e a *busca do consenso*.

O exercício 'normal' da hegemonia, no terreno tornado clássico do regime parlamentar, caracteriza-se pela *combinação da força* e do *consenso*, que se equilibram de modo variado, sem que a força suplante muito o consenso, mas ao contrário, tentando fazer com que a força pareça apoiada no consenso da maioria, expresso pelos chamados órgãos de opinião – jornais e associações –, os quais, por isso, em certas situações, são artificialmente multiplicados (Gramsci, 2007, p. 95, grifo nosso).

O pensamento de Gramsci ajuda a compreender a mudança de cena na política brasileira nas últimas décadas, intensificada com a ascensão da ultradireita política ao poder e sua incansável luta pela conservação do sistema político-econômico neoliberal internacional. Nesse sentido, na esteira de Gramsci, de acordo com Mauro Luis Iasi (2015, *online*), “combinados os elementos do par dialético força/consentimento, o Estado burguês precisa apresentar sua dominação de classe como expressão de um interesse geral, e não de seus egoístas interesses particulares”. Com isso, entende-se que desde o fim da Idade Média, em contextos de crise econômico-político e de mudança de época, ressurgem os conservadorismos, na tentativa de manter, a seu favor, a ordem do poder hegemônico, dominando as classes, ancorando-se em fontes do passado. É nessa mesma lógica ultraconservadora que, em termos eclesiológicos, entra em cena a vertente intransigentista que quer se prender ao passado indo diretamente contra aquilo que é moderno, pois “O intransigentismo rejeita o moderno de forma direta e preventiva” (Faggioli, 2019, *online*).

Assim sendo, o conservadorismo se confirma como uma postura reacionária e antimoderna, fundamentada na teologia escolástica, que fornece os elementos de uma verdade segura, infalível, como, por exemplo, no tradicionalismo católico, com a defesa da infalibilidade papal, dogmaticamente definida no Concílio Vaticano I (1869-1870), e a infalibilidade da Bíblia (inerrância bíblica), para os fundamentalistas evangélicos. Por isso, nesta análise, sentiu-se a necessidade de apresentar a distinção entre os movimentos conservadores de viés religioso presentes no cenário político brasileiro atual. Entende-se por tradicionalismo o movimento conservador católico e, por fundamentalismo, o movimento conservador evangélico (especialmente os movimentos neopentecostais).

Tradicionalismo católico: origem e ressurgimento do intransigentismo

Para analisar o tradicionalismo católico como um movimento conservador e suas expressões no Estado brasileiro moderno, parece importante evidenciar que esse conservadorismo, entendido como movimento histórico, tem o seu começo na rejeição de políticas danosas à Igreja, causada pela Revolução Francesa. Foi uma forma de combater a Revolução que estava desestruturando a ordem do Antigo Regime monárquico, centrado na teologia do “Deus todo-Poderoso”. Essa teologia guiou e continua regendo os princípios dos grupos tradicionalistas e intransigentistas atuais que, no orbe católico, combatem com veemência as decisões do Concílio Vaticano II, o qual é interpretado como a grande ruptura com a tradição católica.

O pensamento conservador surge e se desenvolve no contexto da moderna sociedade de classes [...]. Estruturado como reação ao Iluminismo e às grandes transformações impostas pela Revolução Francesa e pela Revolução Industrial, o conservadorismo valoriza formas de vida e de organização social passadas, cujas raízes se situam na Idade Média. É comum entre os conservadores a importância dada à religião; à valorização das associações intermediárias situadas entre o Estado e os indivíduos (família, aldeia tradicional, corporação) e à correlata crítica à centralização estatal;

ao individualismo moderno; ao apreço às hierarquias e à aversão ao igualitarismo em suas várias manifestações; ao espectro da desorganização social visto como consequência das mudanças vividas pela sociedade ocidental (Ferreira; Botelho, 2010, p. 11).

As mesmas características desse sistema do passado são identificadas na atualidade, na relação entre religião e política no Estado brasileiro e no cenário político internacional. Como afirma o Papa Francisco (2020, n. 11): “a história dá sinais de regressão”, com “conflitos anacrônicos que se consideravam superados”, bem como com o ressurgimento de “nacionalismos fechados, exacerbados, ressentidos e agressivos”. Essa reflexão do Papa Francisco demonstra o reconhecimento do momento atual, permeado por ideias ultraconservadoras que criam barreiras de autodefesa. Essas barreiras são fortalecidas pelo ataque aos que pensam diferente.

Nesta análise são destacadas duas definições de tradicionalismo como movimento religioso e político conservador. A primeira definição refere-se à escola filosófico-teológica francesa do “[...] século XVIII e XIX, [...] que mereceu, inclusive, a condenação de papas – *Mirari vos* (1832), *Singulari nos* (1834) e *Pascendi* (1907) por afirmarem a revelação como única fonte de verdade, e por conseguinte, negarem a possibilidade de acesso à verdade por meio da razão” (Passos, 2020a, p. 38). A segunda definição refere-se à própria noção de tradição como “[...] dado cultural e religioso inerente aos processos de construção social das identidades religiosas e que adquire um lugar central no cristianismo” (Passos, 2020a, p. 38), pois surge como defesa da grande tradição. Os principais defensores do conservadorismo clássico afirmam que tanto o “[...] pensamento individual quanto a tradição da humanidade baseiam-se numa revelação direta de Deus, que o homem tem o dever de desenvolver com a reflexão individual e com a ação coletiva” (Abbagnano, 2007, p. 968). Percebe-se, assim, que os defensores do sistema teocrático e do ultramontanismo como doutrina política católica buscam em Roma a sua centralidade e principal referência. Nessa direção reflexiva sobre o intransigentismo, assim pondera Faggioli (2019, *online*):

O novo *intransigentismo* celebra o ‘*Sílabo dos Erros*’ de Pio IX (1864) e a sua recusa em se adaptar aos tempos modernos. O *Sílabo* apontou seu fogo contra quatro desenvolvimentos modernos: a Reforma, o *Iluminismo*, a *Revolução Francesa* e o *Estado liberal*. Mesmo assim, havia raízes comuns entre o *intransigentismo teológico*, o *legitimismo* (a legitimidade sagrada do poder político) e o *tradicionalismo legal* (em oposição ao constitucionalismo). Os reacionários católicos de hoje acrescentariam mais um alvo: o Vaticano II, entendido como a capitulação da Igreja à modernidade e à ordem liberal.

Nesse sentido, destaca-se uma sintonia entre o conservadorismo e o interansigentismo, nas atitudes daqueles que fazem a clara opção de defender a manutenção de determinada estrutura política, religiosa ou cultural diante de eminentes mudanças. Assim como os tradicionalistas católicos, o conservadorismo político oferece chaves de leitura do tempo presente com uma lupa voltada para o passado. Vale lembrar ainda, como afirma Passos (2020a, p. 40), que “[...] todo tradicionalista é um conservador, embora o conservador não seja necessariamente um tradicionalista”. Essa distinção é importante para que sejam compreendidos os movimentos conservadores católicos da atualidade, que, em geral, se apresentam como tradicionalistas e intransigentistas ou como defensores da Tradição Católica. Entende-se o tradicionalismo como uma corrente filosófico-teológica escolástica, ancorada na ideia de “tradição como forma de manter o equilíbrio dentro da sociedade”, pois intelectuais adeptos do tradicionalismo religioso defendem que a sociedade é “uma criação regida por leis naturais” e, por isso, esses “são avessos às revoluções”, e, conseqüentemente, “[...] são rivais dos que defendem ideias de esquerda, [...] que [...] argumentam ser necessário acabar com a desigualdade social, o domínio de classes e as opressões que afligem os desfavorecidos” (Lopes, 2023, *online*). Numa frase de efeito, os defensores desse movimento conservador

asseveram que “[...] o tradicionalismo considera que as coisas não são boas por serem antigas, mas sim que são antigas por serem boas” (Lopes, 2023, *online*). Nesse sentido, o filósofo político Russell Kirk, um signatário do conservadorismo moderno, faz uma definição importante da expressão aqui estudada:

Não sendo nem uma religião nem uma ideologia, o conjunto de opiniões designado como conservadorismo não possui nem uma Escritura Sagrada, nem um Das Kapital, como fonte de dogmas. [...] Não existe um modelo conservador, e o conservadorismo é a negação da ideologia: é um estado de espírito, um tipo de caráter, um modo de ver a ordem civil e social. A posição chamada conservadora se sustenta em um conjunto de sentimentos, e não em um sistema de dogmas ideológicos. [...] Para a preservação de uma diversidade saudável em qualquer civilização, devem remanescer ordens e classes, diferenças na condição material e muitos tipos de desigualdade (Kirk, 2014, p. 102).

Para esse filósofo, o conservadorismo se baseia no apreço pelo acúmulo de experiência por sujeitos ou por países. As transformações sociais são necessárias, desde que seja preservado o que foi adquirido ao longo da história. Parece ser dessa forma que o tradicionalismo católico se expõe, pois, tendo sua raiz no “sistema escolástico”, pode ser definido como “[...] um sistema formado como resultado do encontro de elementos da tradição bíblica cristã e das filosofias gregas de viés platônico, histórico e aristotélico” (Passos, 2020a, p. 68). São nessas escolas de pensamentos filosófico que os tradicionalistas se baseiam, mas, geralmente, colhem dessas escolas filosóficas somente o que lhes interessa. Assim, diante de uma estrutura que, colocando uma imagem de Deus no centro de tudo, se autocompreende como defensor desse Deus e de suas ordens. Essa estrutura revela como operam os movimentos conservadores tradicionalistas católicos. Os tradicionalistas defendem pautas de transformação “no campo social, da política, grupal e individual”, desde que essas não afetem “a essência de sua sociedade”, já estabelecida por “leis naturais”. “Logo, as mudanças não podem ser estruturais, nem completas ou radicais, elas devem estar alinhadas com os pressupostos que regem aquela sociedade” (Lopes, 2023, *online*) por eles idealizada como natural, ancoradas no sistema escolástico, com sua epistemologia das essências estáveis.

O tradicionalismo atual, como recepção e tradução do conservadorismo católico clássico, herdeiro das teses conservadoras do alemão protestante Edmund Burke, com suas posturas reacionárias do passado, ressurgiu nos tempos hodiernos como a força do passado na fraqueza do presente (Passos, 2020a). Entende-se que, assim como os movimentos tradicionalistas católicos, os fundamentalistas evangélicos estão em ascensão no cenário nacional e internacional.

Fundamentalismo evangélico: origem e ascensão na esfera política brasileira

Nas últimas décadas, cresceu a presença de evangélicos representantes na esfera pública brasileira, com especial destaque para os (neo)pentecostais ou carismáticos. Entende-se que os novos pentecostais se identificam mais com movimentos fundamentalistas. Nesta análise, pretende-se verificar se concretamente, com a ascensão da ultradireita ao cenário político brasileiro, “há algo de *especificamente religioso*”, que, de fato, o conceito “*fundamentalismo(s)* esclareceria, nomearia, singularizaria” (Burity, 2018, p. 20) dessa forma.

De acordo com Marty (2014), o fenômeno denominado *fundamentalismo* é um movimento próprio da teologia evangélica e tem sua origem no início do século XX, na América do Norte. Nos dicionários da

Língua Portuguesa, somente os mais recentes apresentam o termo fundamentalismo, e, geralmente, de forma pouco aprofundada⁴. No Dicionário Escolar da Língua Portuguesa/Academia Brasileira de Letras, fundamentalismo é definido como “[...] qualquer sistema religioso, político social que se apresenta como o único portador da verdade” (Fundamentalismo, 2008, p. 613). Marty (2014, p. 761) acrescenta que o conceito está relacionado “[...] a certo tipo de reação religiosa contra toda forma de modernidade”.

Nesse sentido, o fundamentalismo evangélico deve ser analisado como um movimento teológico ainda muito recente, pois, na literatura acadêmica, os primeiros escritos sobre este movimento conservador foram produzidos entre os anos 1900 e 1915. Nesse período, um grupo de “evangélicos conservador publicou uma série de brochuras sobre o título *Os Fundamentos*⁵ (*The Fundamentals*). Essa publicação faz eco a certo número de discussões que tinham agitado o protestantismo americano nos cinquenta anos anteriores” (Marty, 2014, p. 762). Entre os vários debates presentes na teologia protestante da época, o final do século XIX, pelo menos três causaram grandes divisões:

o primeiro devia-se à aceitação das teorias darwinistas da evolução por certo número de protestantes liberais e modernistas. O segundo, ao ensinamento, em seminários importantes, da crítica bíblica (exegese). (O terceiro foi a) visão progressista da história própria do protestantismo liberal: um Deus imanente fazendo vir seu reino por meio de esforços humanos (Marty, 2014, p. 762).

Em sua origem, as pautas do movimento fundamentalista evangélico geralmente giravam em torno do ensinamento da teologia e da direção das missões. Na primeira década do nascimento do fundamentalismo,

[...] em 1919, uma associação Mundial (*The World's Christian Fundamentals Association*) tornou-se seu intérprete comum junto a todas as Igrejas em causa. Em julho de 1920, um jornal Batista, Curtis Lee Laws, redator-chefe do *Baptist Watchman-Examiner*, convidou aos que pensavam como ele a se dizerem “fundamentalistas”, termo que se impôs (Marty, 2014, p. 762).

Laws e seus simpatizantes, descontentes com a passividade dos conservadores, defendiam que a Igreja Evangélica necessitava de “homens prontos a lutar pelo Senhor”. Os que aderiam ao movimento fundamentalista eram chamados de “combatentes contra o modernismo”. Por isso, o fundamentalismo evangélico, em sua origem, assim como o tradicionalismo católico, pode ser definido como um “[...] movimento que igualmente brota das reações à modernidade, tendo como território confeccionar o mundo protestante” (Passos, 2020a, p. 41). Em sua origem, os fundamentalistas protestantes tinham a Bíblia como fonte de inspiração para suas ações, sendo que sua interpretação era sempre fundamentalista. Nesse sentido, pode-se dizer que, “[...] os diversos tipos de fundamentalismos se caracterizam como resistência ao processo de modernização da sociedade em todos os períodos e são movidos por comportamentos de busca de eliminação do outro, do diferente” (Hahn; Cruz; Bohnenberger, 2021, p. 19). Nesse sentido, recorda-se que os fundamentalistas

São abertos e agressivamente políticos. Aliados a conservadores evangélicos um pouco mais moderados, organizaram-se para conquistar o poder político; desde 1980, foram influentes, sobretudo entre os republicanos. Durante esse tempo, forças idênticas, embora menos polarizadas, ganhavam terreno no protestantismo canadense, na América Latina e em outros países para onde os Estados Unidos enviavam missionários (Marty, 2014, p. 762).

⁴ O Grande Dicionário Larousse Cultural da Língua Portuguesa e o Dicionário Escolar da Língua Portuguesa/Academia Brasileira de Letras apresentam o verbete *fundamentalismo* como sendo uma corrente teológica cristã (de origem evangélica, desenvolvida nos Estados Unidos durante a I Guerra Mundial e que admite apenas o sentido literal da Bíblia); e/ou uma corrente teológica islâmica (que também só admite o sentido literal do Alcorão e defendem os valores e regras tradicionais do islamismo).

⁵ Ver: Torres (2005).

Recorda-se ainda que os fundamentalistas, embora pretendendo ser ortodoxos, tendem a escolher as doutrinas e as práticas que qualificam de fundamentais. Por exemplo, os fundamentalistas evangélicos da América do Norte, nas primeiras décadas do movimento, eram grupos que se defendiam a partir de um ponto fundamental – a Bíblia –, que se torna a sua regra basilar. Com a ideia de lutar por Deus, se consideravam um grupo especial, diferente dos que os rodeavam:

Consideram-se especialmente eleitos para cumprir os desígnios divinos, enquanto seguem com confiança para o fim apocalíptico da história. Encontram um clima favorável nas convulsões do mundo e da Igreja do fim do segundo milênio. Dirigem-se com um *ar de autoridade a pessoas cansadas de esperar, e lhes propõe um modelo de Igreja que os proteja dos outros*, que lhes permita atacar as forças que julgam hostis ao Senhor (Marty, 2014, p. 763, grifo nosso).

No contexto brasileiro, com o êxodo rural e o rápido crescimento demográfico nos centros urbanos, em meados dos anos 1980 os evangélicos usaram estratégias econômicas e pastorais muito atraentes, de modo que cresceram vertiginosamente, chegando a números expressivos na sociedade. Juntamente com esse crescimento, deu-se também uma rápida aproximação de evangélicos com a esfera política de forma que, atualmente, os grupos que assumem essa espiritualidade evangélica neopentecostal recebem uma identidade própria, como movimento religioso profundamente ligado a partidos políticos, e são caracterizados, em suas várias expressões fundamentalistas, como “pentecostais” ou “carismáticos”. Essas duas definições expõem exigências aos novos integrantes, pois todos precisam assumir uma mesma postura política –de defesa incondicional ou de veemente condenação.

O fundamentalismo pode ser definido como um movimento religioso-político cujos seguidores aderem a um conjunto de doutrinas ou regras como fundamento para estrutura de toda sociedade. Grupos que pensam e agem assim ganharam destaque nas mídias sociais no cenário nacional das últimas décadas e recentemente reestruturaram-se como “Bancada Evangélica” no Congresso Nacional. Essa ala política é formada por uma aliança de seguimentos evangélicos diversificados, mas com uma ideologia política similar. A formação dessa bancada evangélica teve início a partir do sucesso de representações autônomas que, paulatinamente, se organizaram para tornarem-se governo. Os representantes ou líderes neopentecostais traçaram suas estratégias,

Ocupando diferentes partidos e buscando controlá-los (com maior ou menor grau de sucesso, como no caso da IURD com PL/PR e da Assembleia de Deus com o PSC, mas também envolvendo diretórios regionais de vários outros partidos) ou criando novos partidos e dirigindo-os (casos da IURD com o PRB). Mesmo onde se tratou de trajetórias individuais (como Eduardo Cunha no PMDB), essa ‘vocalização hegemônica’ não deixou de fazer-se sentir, materializando-se na construção da Frente Parlamentar Evangélica e na indicação de nomes na formação de chapas para eleições majoritárias (cargos executivos em todos os níveis de governo e ao Senado Federal) (Burity, 2018, p. 35).

Segundo o professor Marcelo Camurça, as eleições que elegeram Anthony Garotinho para governador do estado do Rio de Janeiro para o mandato de 1998 a 2002 e a que elegeu Marcelo Crivella para prefeito da cidade do Rio de Janeiro para o mandato de 2016 a 2020 são dois exemplos de experiências de evangélicos pentecostais que chegaram ao poder por “‘via própria’ e que ‘combinava religião e política’ (Camurça, 2020, p. 85). Garotinho, membro da Igreja Presbiteriana, deixou seu modelo evangélico transparecer no governo do Rio de Janeiro, com distribuição de cargos importantes para seguimentos evangélicos. Já com relação a Crivella, como “um político constituído com a *persona* neopentecostal”, Camurça (2020) esclarece que sua eleição para a prefeitura da cidade do Rio de Janeiro em 2016, mesmo marcada por escândalos, representou um momento importante para a ascensão do

fundamentalismo na esfera política. Com a reputação política esfacelada pela Operação Lava-Jato, vários partidos de centro não conseguiram sucesso nas eleições, abrindo caminho para a vitória de Crivella nas urnas. Essas alianças políticas e o crescimento das representações públicas dos grupos evangélicos-pentecostais no Rio de Janeiro são amostras da realidade brasileira mais ampla.

Com isso, percebe-se que, na esfera política brasileira, em menos de três décadas os pentecostais ou “evangélicos” surgem como novos atores, com poder de decisão, no espaço público. Segundo Burity (2018), desde que começaram a aparecer na cena política brasileira, pentecostais, especialmente grupos fundamentalistas, ganharam visibilidade, seja pela polêmica em torno das denúncias de discriminação e perseguição religiosa ou pela suposta “ameaça comunista” que pairava sobre o Brasil após a saída do regime militar do poder político. O grupo segue a estratégia de construção de um bloco evangélico no Congresso Nacional.

Numa nota explicativa, Burity (2018, p. 16) esclarece que a estratégia de aliança política de evangélicos não foi inteiramente elaborada previamente, nem conduzida pelas mesmas mãos ao longo das recentes décadas da presença fundamentalista evangélica/pentecostal. O número de lideranças evangélicas ocupando a esfera política brasileira foi crescendo de forma que:

Em todas as eleições, de 1985 até a atualidade, os evangélicos estiveram apoiando candidatos a presidente, governadores e prefeitos. Em 1989, apoiaram Collor, em 1992, Paulo Maluf para prefeitura de São Paulo, em 1994, Fernando Henrique Cardoso para presidente, Mário Covas e Marcello Alencar para governadores, respectivamente, de São Paulo e Rio de Janeiro, da mesma forma Paulo Souto, do PFL, partido de Antônio Carlos Magalhães, ao governo da Bahia. Em 1998, apoiaram os tucanos José Serra, para a prefeitura de São Paulo, e Sérgio Cabral Filho, para a do Rio de Janeiro, e Antônio Imbassay, do PFL, para o município de Salvador [...]. Ou seja, mudaram-se governos, mas os quadros evangélicos mantiveram-se sempre nas franjas do poder nestes 40 anos (Camurça, 2020, p. 87).

O sucesso dos pentecostais na consolidação do bloco evangélico deu-se devido à “flexibilidade e condução pragmática” (Burity, 2018, p. 36), de seus atores. Sendo amplamente “suprapartidária e policêntrica”, a Bancada Evangélica, de início, não conseguia “assegurar a coesão política” (Burity, 2018, p. 36), que foi, primeiramente, consolidada politicamente pela disputa intrapartidária com a Igreja Católica, depois com os comunistas, e, mais tarde, contra feministas, LGBTs, militantes negros(as) e indígenas e o marxismo cultural. Em uma disputa eleitoral cada vez mais acirrada, a Bancada Evangélica, nas eleições de 2018, conseguiu eleger representantes para o Congresso Nacional em “[...] 25 dos 26 estados da federação e no Distrito Federal. Disseminada em 23 partidos, a bancada de 84 parlamentares na legislatura passada cresceu para 91 e 107 senadores. A expectativa do bloco é aumentar sua influência no parlamento com o alinhamento ao governo Bolsonaro” (Camurça, 2020, p. 90). Num ousado projeto de ocupar o maior número das cadeiras do Congresso Nacional para eleger Bolsonaro, os evangélicos contaram com o apoio irrestrito de,

Quase totalidade das principais igrejas evangélico-pentecostais do país através de suas principais lideranças: o pastor Silas Malafaia, da Assembleia de Deus Vitória em Cristo, o bispo Edir Macedo, da IURD, o Pastor José Wellington Bezerra da Costa, ex-presidente da Convenção Geral das Assembleias de Deus no Brasil (CGADB), ligada à AD Missão, o ‘apóstolo’ Valdomiro Santiago, da Igreja Mundial do Poder de Deus, o missionário Romildo Soares, da Igreja Internacional da Graça de Deus, Robson Rodvalho, da Sara Nossa Terra e Ana Paula Valadão, a cantora gospel e dirigente da Igreja Batista da Lagoinha, etc. (Camurça, 2020, p. 97).

Durante o período de consolidação da Bancada Evangélica, o perfil conservador dessa ala não se alterou; pelo contrário, demonstrou-se mais evidente. Nesse processo de consolidação na esfera política, merece destaque, após as eleições presidenciais de 2014, o protagonismo do bloco pentecostal, com sua mobilização bem articulada aos poderes Legislativo e Executivo brasileiros (Burity, 2018). Outro fator decisivo para o êxito dos evangélicos no poder político foi a mudança de estratégia ao abandonarem a esquerda e assumirem a pauta da ultradireita, na lógica do presidencialismo de coalizão. Beneficiados pela nova opção, os movimentos “[...] político-eleitoral dos evangélicos, sobre a batuta dos pentecostais, prevaleceu, ao se desassociar do bloco lulista e se juntar à reação antipetista” (Burity, 2018, p. 40). A partir de então, os evangélicos, passaram a jogar um,

Ousado e arriscado jogo, em que não mais se juntam ao caudal da democratização para dele se beneficiarem, como fizeram desde o começo dos anos de 1980, mas disputam o conteúdo mesmo da democracia e da legalidade, golpeando os aliados de mais de uma década e forjando uma coalisão de neoliberais, neoconservadores e outras correntes de centro e de direita, uma máquina de ressonância ‘evangélico-capitalista’, como chamou Connolly a articulação entre conservadorismos nos Estados Unidos na era Bush (Burity, 2018, p. 40).

O fundamentalismo evangélico, atrelado a partidos de ultradireita, chegou ao poder político brasileiro e assumiu cargos do primeiro e segundo escalão no governo de Jair Bolsonaro (Partido Liberal), eleito presidente da república em 2019. A exemplo dos movimentos tradicionalistas católicos, os fundamentalistas evangélicos defendem uma pauta moralista ultraconservadora, ancorada no sistema econômico neoliberal internacional, pois o conservadorismo religioso, em suas várias expressões ao longo da história,

[...] oscila entre resistir às mudanças (para alguns só existem famílias heterossexuais, por exemplo), provocar mudanças regressivas (o aborto é criminalizado em qualquer situação, o que retroage à legislação de 1943) e aderir a certos valores deste mundo (a ética empreendedora e o aumento da violência do Estado) (Almeida, 2019, p. 209).

Por isso, entende-se ser necessário analisar o que uniu as duas tradições conservadoras (tradicionalismo e fundamentalismo) historicamente rivais, atualmente vivendo em harmonia pela mesma pauta política.

Tradicionalismo católico e fundamentalismo evangélico na política brasileira: o ressurgimento das teocracias e ideologias conservadoras intransigentistas

Com o avanço da modernidade, o “Ocidente voltou às fontes greco-romanas e às fontes judaico-cristãs para construir, desconstruir e reconstruir suas referências teóricas, éticas, políticas e jurídicas” (Passos, 2020a, p. 53). Essa constatação ajuda a compreender o contexto sócio-histórico brasileiro e o crescimento do conservadorismo no cenário político das últimas décadas. Por isso, as ideologias defendidas pelos movimentos conservadores que ocupam a gestão governamental continuam desafiando democracias em países no norte e sul globais. O projeto político da ultradireita consolidou-se no polêmico governo de Jair Messias Bolsonaro, com características ora fascista e integralista, ora totalitarista apoiada por movimentos políticos ultranacionalistas, conservadores nas expressões tradicionalistas e fundamentalistas. Entende-se que a relação entre essas duas tradições conservadoras tem a teocracia como raiz comum

que as naturaliza. A “[...] teocracia pode ser compreendida como regime político e como mentalidade, sendo ambos fundamentados em uma teologia política: Deus como fonte única e direta de todo poder político” (Passos, 2020b, p. 1110)⁶.

A história da sociedade brasileira é uma história de políticas teocráticas, mas isso não é uma exclusividade do Brasil, pois a teologia política do poder de Deus encontra-se enraizada em todo o Ocidente, de forma que é possível indagar se “[...] o Ocidente terá caminhado politicamente mais sobre um credo do que sobre um fato? [Pois] a força do poder da religião (poder de Deus) foi recorrida como apoio político quando determinadas urgências históricas se impuseram” (Passos, 2020b, p. 1115), no surgimento de crises e mudanças de épocas, pois, diante do novo a ser construído em momentos de crises econômica, política e religiosa dos regimes dominantes, ressurgem, na esfera pública, teocracias, tradicionalismos, fundamentalismos, intransigentismos, entre outros movimentos, que buscam, em sistemas conservadores do passado, um porto seguro para recomeçar sem mudar de sistema.

Nesse sentido, entende-se que “[...] o conservadorismo que se apresenta na ação política de direita não é algo do passado que se apresenta anacronicamente no cenário de uma democracia, nem algo novo que brota do nada. O conservadorismo sempre esteve por aqui, forte e persistente” (Iasi, 2015); nunca saiu totalmente de cena. “Sempre esteve presente nas relações que constituem o cotidiano e na consciência imediata” (Iasi, 2015). O movimento pode, assim, ser entendido como “[...] a principal resultante de diferentes forças políticas atuais da crise brasileira, isto é, o vetor que tem apontado a direção e o sentido do processo social em curso” (Almeida, 2019, p. 187). Um processo conservador da ultradireita. Como parte desse processo, nas últimas décadas as pessoas acompanharam, aflitas, o desmonte das políticas públicas, a desarticulação dos sindicatos e a perda de direitos dos trabalhadores, conquistados em décadas de lutas, além e das recentes polêmicas em defesa da Escola Sem Partido. Entende-se que essa não é uma pauta que nasce no conservadorismo clássico, nem foi idealizada pelo conservadorismo moderno, mas o conservadorismo assumiu-a como parte de um projeto maior: a conservação do sistema capitalista neoliberal internacional, pois o neoliberalismo tem se utilizado de todos os meios possíveis para manter-se como poder hegemônico.

De acordo com Eduardo Galeano (2012), desde sua origem, o capitalismo tem sujeitado povos ao subdesenvolvimento econômico e à pobreza extrema para se conservar como sistema hegemônico. Alimentando o desejo de progresso como possível para todos, o capitalismo avança violentamente contra nações e continentes para dominá-los. Nesse sentido, Galeano conclui sua obra clássica *Veias abertas da América Latina* sintetizando o amplo poder destrutivo do capitalismo na América Latina. “Nestas terras, não assistimos à infância selvagem do capitalismo, mas sua decrepitude. O subdesenvolvimento não é uma etapa do desenvolvimento. É a sua consequência. O subdesenvolvimento da América Latina provém do desenvolvimento alheio e continua alimentando-o” (Galeano, 2012, p. 263).

Nesse sentido, entende-se que o conservadorismo e o intransigentismo continuam em ascensão e sendo uma grande ameaça às democracias. Argumenta-se que a democracia se efetiva por meio do diálogo entre os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Para os adeptos das teocracias, “Deus está no comando, acima de tudo. A pátria cristã dará os rumos de recuperação da nação decadente. Os inimigos serão vencidos na batalha que se encontra em curso” (Passos, 2021, p. 12). Com isso, entende-se que “[...] as teocracias são construções políticas que realizam o que prometem os grupos milenaristas” (Passos, 2021, p. 12), tais grupos ressurgem em tempos de crise, de mudança de época. Por isso, nos tempos

⁶ Uma teocracia pode ser entendida, ainda, “[...] como concepção e como prática que se concretiza em um regime político que vem a ser exercido por uma Igreja que se alia ao poder (regime político da cristandade) ou por uma casta sacerdotal que exerce o governo (caso dos estados islâmicos)” (Passos, 2020b, p. 1117).

hodiernos, o conservadorismo pode ser analisado como uma “nova onda conservadora”, não somente nacional, mas também presente no cenário internacional.

A metáfora da onda, [...] significa um movimento que arrasta o fluxo histórico em determinado sentido, mas, evidentemente, isso não ocorre sem contraforças e pontos de fuga, de tal modo que a situação política tem sido de persistente e reificada polarização, que se intensificou a cada novo evento eleitoral, tanto no sistema político como na população (Almeida, 2019, p. 187).

Entende-se que a expressão “nova onda conservadora” contribui para uma análise do momento histórico atual no cenário sociopolítico; não somente brasileiro, mas também mundial, com a ascensão de movimentos religiosos conservadores intransigentistas, que são denominados de tradicionalistas e fundamentalistas, atrelados à política de ultradireita. Almeida (2017, 2019) elenca quatro “vetores sociais”⁷ como responsáveis por configurar parte determinante da conjuntura política e religiosa conservadora brasileira “pelo menos desde 2013”, com o crescente recrudescimento de “sinergia entre atores sociais, um amálgama de valores culturais e uma concentração de forças políticas que configuram o que tem sido nomeado de onda conservadora” (Almeida, 2019, p. 207). Isso pode ser resumido em “[...] quatro linhas de forças sociais [que] atravessam a conjuntura brasileira na qual conservadorismo e evangélicos estão implicados, a saber: econômica, moral, securitária e societal” (Almeida, 2019, p. 207). Esses vetores encontraram na candidatura de Jair Messias Bolsonaro a melhor representação⁸ e contribuíram diretamente para sua eleição como presidente do Brasil, e os movimentos fundamentalistas evangélicos tiveram importância significativa como articulação política que resultou na vitória de Bolsonaro.

Nesta análise, a “nova onda conservadora” é apresentada como um movimento de viés moral, político e religioso, atrelado à ultradireita em defesa das pautas do sistema econômico capitalista neoliberal. É um movimento que pode ser definido como “[...] uma confluência de figuras de *reação moderna*: conservadorismo, fascismo, fundamentalismo” (Burity, 2018, p. 18), e que poderia ser denominado no plural, de movimentos antimodernos. Essa “nova onda conservadora” pode ser entendida como “[...] um emaranhado de vários jogadores em diferentes tabuleiros e ritmos atravessado pelas [quatro] linhas de força” (Almeida, 2019, p. 210) acima elencadas, apresentadas por Almeida como uma “[...] onda quebrada que resulta de processos sociais desiguais, assimétricos e com temporalidades distintas, mas que, na conjuntura atual, concentraram-se politicamente em torno de inimigos comuns” (Almeida, 2019, p. 210).

A “metáfora líquida” da onda torna-se relevante para analisar o ressurgimento do “conservadorismo moral e político” e sua relação com movimentos evangélicos fundamentalistas ligados à política de ultradireita brasileira. No entanto, entende-se que a “[...] nova onda conservadora não se contém nas fronteiras nacionais, nem se origina de seu interior” (Burity, 2018, p. 21), mas suas várias expressões e atuações nos tempos hodiernos “[...] tem camadas mais profundas e longevas, antecedendo e ultrapassando a atuação dos evangélicos como religião pública no Brasil. Assim como nem todos os evangélicos são conservadores, deve se igualmente destacar que a pauta conservadora vai além dos evangélicos conservadores” (Almeida, 2019, p. 212). Dessa pauta participam outras religiões, além de atores não religiosos e movimentos católicos tradicionalistas, com fortes características intransigentistas.

⁷ As “quatro linhas de forças sociais”, que configuram o que se denomina de “nova onda conservadora”, são abordadas por Ronaldo de Almeida em dois artigos aqui indicados para o leitor que desejar se aprofundar sobre o tema: *A onda quebrada - evangélicos e conservadorismo* (Almeida, 2017), e *Bolsonaro presidente: Conservadorismo, evangelismo e a crise brasileira* (Almeida, 2019). Os estudos de Almeida (2017, 2019) serão devidamente referenciados no final do presente trabalho.

⁸ De acordo com Almeida (2019, p. 2019), “[...] por características próprias e por outras adotadas no processo eleitoral, a candidatura Bolsonaro articulou desigualmente essas linhas de força: a demanda securitária; a moralidade dos costumes; a desqualificação do Estado por ser corrupto e paternalista; e a intolerância interpessoal”.

Com isso, defende-se que a “[...] geografia e cronologia dessa onda não são singularmente brasileiras de modo estável e linear. Não têm ordem, nem progridem linearmente. Uma maré montante de reação conservadora crescentemente globalizada se ergueu no mesmo período [...] desde o início do novo século” (Burity, 2018, p. 21), como resposta e reação conservadora aos movimentos políticos de esquerda, denunciados como comunistas, e aos grupos minoritários, especialmente o movimento LGBTQIA+, combatidos como ideologia de gênero inaceitáveis na sociedade, entre outros, mas, “[...] permanecendo na metáfora líquida, muitos evangélicos e o conservadorismo moral e político são como água dentro d’água” (Almeida, 2019, p. 212).

Portanto, a nova onda conservadora, entre suas características marcantes, assume novas expressões em novos contextos históricos. Na atualidade, elege seus inimigos como sendo os partidos políticos de esquerda, as minorias e os movimentos progressistas. É possível, assim, fazer um paralelo entre o sistema político brasileiro das últimas décadas com o contexto da ascensão da burguesia francesa ao poder (de revolucionária para reacionária) ao assumir posturas ideológicas e teocráticas. Nos tempos hodiernos, entra em cena novamente, numa época de crescente crise econômica e institucional, a força do passado na fraqueza do presente.

Considerações Finais

Nesta pesquisa, ao analisar a nova onda conservadora intransigentista no cenário político e religioso eclesiológico brasileiro, foram destacadas a presença do conservadorismo que abriga o intransigentismo católico e do fundamentalismo evangélico como movimentos de conservação do poder político-eclesiológico de ultradireita. Entende-se que a ascensão desses movimentos no cenário político nacional e internacional é resultado da crise político-econômica neoliberal. Em tempos de crise, governos e movimentos com características conservadoras, fascistas, integralistas e totalitaristas recorrem aos sistemas teocráticos com o objetivo de conservar o poder hegemônico. Nesta análise, concluiu-se que os movimentos conservadores intransigentistas encontram, em sistemas teocráticos, um ponto de unidade ou conveniência que naturaliza e justifica sua volta de tempos em tempos, especialmente nos momentos de crise da sociedade.

Analisando as categorias tradicionalismo e fundamentalismo, verificou-se que, na atualidade, esses fenômenos históricos têm modificado o tecido social brasileiro com sua presença no cenário político e religioso. São carregados de intolerância religiosa, moralismo, xenofobia, racismo, negacionismo, machismo e totalitarismo.

Diante dessa constatação, após a análise feita sobre as duas tradições religiosa em questão, surgiu a necessidade de repensar o tradicionalismo e o fundamentalismo/intransigentismo em suas várias expressões, que ressurgem no presente em uma nova moldura, mas não como novos movimentos totalmente distintos do passado. Contudo, enquanto estrutura de pensamento ideológico, não há nada de novo nesses movimentos. Em momentos de mudança de época (Idade Média - Idade Moderna), de sistemas político-econômicos e de crises locais ou mundiais, os movimentos conservadores entram em cena com o objetivo de manterem a ordem hegemônica nacional e internacional. Os conservadorismos/intransigentismos ressurgem na atualidade acreditando ter a solução para problemas sociais e políticos, mas não são grupos sem conhecimento da realidade ou que não sabem o que querem; pelo contrário, apesar de estarem próximos a tendências irracionistas, lutam unidos pela liderança de estados e países e possuem um ambicioso projeto de poder. Portanto, a agenda político-econômica mundial não é uma

coincidência, nem um fato isolado da história. Sempre ocupou o centro dos debates na esfera pública e, em face a isso, em tempos e propostas de Igreja em Saída, entende-se que quanto mais forem lançadas luzes apoiando as iniciativas do Papa Francisco, tanto maiores serão as chances de proporcionar um bem e contribuir para um mundo melhor, favorecendo o sonho de uma genuína fraternidade universal que combate essas ondas.

Referências

- Abbagnano, N. *Dicionário de filosofia*. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- Almeida, R. Bolsonaro presidente: conservadorismo, evangelismo e a crise brasileira. *Novos estudos: CEBRAP*, v. 38, n. 1, p. 185-213, 2019.
- Almeida, R. A onda quebrada - evangélicos e conservadorismo. *Cadernos Pagu*, v. 50, e175001, 2017. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8650718>. Acesso em: 3 jul. 2023.
- Burity, J. A onda conservadora na política brasileira traz o fundamentalismo ao poder?. In: Almeida, R.; Toniol, R. (org.). *Conservadorismos, fascismos e fundamentalismos: análises conjunturais*. Campinas: Editora da Unicamp, 2018. p. 15-66.
- Burke, E. *Reflexões sobre a revolução em França*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.
- Camurça, M. A. Um poder evangélico no Estado brasileiro? Mobilização eleitoral, atuação parlamentar e presença no governo Bolsonaro. *Revista NUPEM*, v. 12, n. 25, p. 82-104, 2020.
- Faggioli, M. Uma Igreja dentro da Igreja. *Instituto Humanistas Unisinos*, São Leopoldo, 10 jan. 2019. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/585937#:~:text=Ao%20contrário%20do%20mero%20conservadorismo%2C%20que%20valoriza%20elementos%20do%20passado,chamam%20integristas%2C%20tradicionalistas%20e%20ultramontanistas>. Acesso em: 10 maio 2023.
- Ferreira, G. N.; Botelho, A. (org.). *Revisão do pensamento conservador: ideias e política no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 2010. (Pensamento Político-Social, v. 3).
- Francisco, Papa. *Fratelli Tutti. Sobre a fraternidade e a amizade social*. Brasília: Edições CNBB, 2020.
- Fundamentalismo. In: Grande Dicionário Larousse Cultural da Língua Portuguesa. São Paulo: Nova Cultura Ltda, 1999.
- Fundamentalismo. In: Dicionário Escolar da Língua Portuguesa/Academia Brasileira de Letras. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008.
- Galeano, E. H. *As veias abertas da América Latina*. Porto Alegre: L&PM Editores, 2012.
- Gramsci, A. *Cadernos do Cárcere: Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. v. 3.
- Hahn, N. B.; Cruz, F. B.; Bohnenberger, G. W. Tolerância e Intolerância Religiosa: apontamentos conceituais e históricos em diálogo com autores clássicos. In: Gabatz, C.; Angelin, R. (org.). *As configurações das identidades em tempos de intolerâncias e fundamentalismos*. Foz do Iguaçu: CLAE e-Books, 2021. p. 13-28.
- Iasi, M. L. De onde vem o conservadorismo?. *Blog Boitempo*. São Paulo, 15 abr. 2015. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2015/04/15/de-onde-vem-o-conservadorismo/>. Acesso em: 27 nov. 2022.
- Kirk, R. *A política da prudência*. São Paulo: Realizações, 2014.
- Lopes, R. H. Tradicionalismo – O que é? É o mesmo que conservadorismo? Exemplos. *Gestão Educacional*, [S. l.], 26 jun. 2023. Disponível em <https://www.gestaoeducacional.com.br/tradicionalismo-o-que-e/>. Acesso em: 3 jul. 2023.
- Marty, M. E. Fundamentalismo. In: Lacoste, J.-Y. (org.). *Dicionário crítico de teologia*. 2. ed. São Paulo: Loyola: Paulinas, 2014. p. 761-763.
- Moura de Oliveira, G. K.; Fratane de Oliveira, R.; Oliveira de Oliveira, A. C. Expressões do conservadorismo nas cirandas da vida: construindo caminhos, refletindo conceitos. In: Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, 16., 2019, Brasília. *Anais [...]*. Brasília: CFESS, 2019. p. 1-10.

Passos, J. D. Uma teocracia pentecostal? Considerações a partir da conjuntura política atual. *Horizonte*, v. 18, n. 57, p. 1109-1136, 2020b,

Passos, J. D. *A força do passado na fraqueza do presente: o tradicionalismo e suas expressões*. São Paulo: Paulinas, 2020a.

Passos, J. D. *No lugar de Deus: ensaios (neo)teoréticos*. São Paulo: Paulinas, 2021.

Quadros, M. P. O ceticismo em Edmund Burke e os pilares do conservadorismo moderno. *Intellèctus*, v. 14, n. 1, p. 168-187, 2015.

Torres, R. A. *Os fundamentos: a famosa coletânea de textos das verdades bíblicas fundamentais*. São Paulo: Hagnos, 2005.

Como citar este artigo/How to cite this article

Conceição, E.; Nunes, G. D.; Nobre, J. A. O ressurgimento das teocracias no cenário político e religioso brasileiro: uma onda conservadora intransigentista. *Reflexão*, v. 48, e238573, 2023. <https://doi.org/10.24220/2447-6803v48e2023a8573>

Editores responsáveis: Breno Martins Campos, Ceci Maria Costa Baptista Mariani.
Conflito de interesses: não há.

Recebido em 11/5/2023, versão final em 10/7/2023 e aprovado em 15/8/2023.